

# **(RE) DISCUSSÕES SOBRE O BEM-ESTAR DA/NA INFÂNCIA: RECONHECIMENTO E NECESSIDADES**

*Karla Jeniffer rodrigues de Mendonça<sup>1</sup>  
Doutoranda em Sociologia*

**RESUMO:** Este ensaio propõe uma reflexão a respeito do estado de bem-estar na infância tecendo discussões de como esta geração é pensada e reconhecida de modo histórico no âmbito social, enredando concepções teóricas da sociologia relacional ao tratarem de categorias como reprodução social, habitus, poder e capital (re) pensando as trajetórias educacionais nas infâncias (TASSINARI, 2009). Nesse contexto na intenção de tratar o reconhecimento das crianças entendidas na esfera social como subordinadas e sensíveis diante das imperativas transformações mundiais e das relações educacionais, em seus (re) modelamentos capitalistas, abordam-se questionamentos apoiados em autores (as) dos estudos interdisciplinares da infância. Procurando traçar um arremate final, reforço as disposicionalidades em movimento na infância e as singularidades das crianças enquanto agentes sociais ativos e presentes nas tramas sociais.

Palavras-chaves: infância, bem-estar, educação.

## **INTRODUÇÃO**

Neste ensaio reflito alguns elementos teóricos que podem mediar uma (re) discussão a respeito da vida na infância e seu bem-estar reconhecido no âmbito social e político como cuidado e proteção, subordinando, porém, a ação da criança enquanto agente. Essa questão, nos últimos tempos, parece retornar ao silenciamento da vida privada e doméstica, se distanciando dos discursos e ações políticas desenvolvidas a nível da esfera pública e seu papel relacionado aos cuidados, proteção e educação das infâncias (TASSINARI, 2009), e é em vista disso, que se esse tema traz à discussão complexas e diversificadas lutas em atos e discursos (re) construídos historicamente. Desse modo, a proposta é tecer de modo dialógico a respeito da noção de infância no mundo globalizado capitalista e seu reconhecimento enquanto geração de múltiplas especificidades contextuais a serem consideradas quando o assunto é bem-estar.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Karla-pessoa@hotmail.com

Historicamente a visibilização da infância, enquanto grupo social com necessidades específicas, teve seu início mais marcante no século XIX no âmbito sociopolítico efetivando-se nas sociedades em cenário pós-guerra (LUNA, 2018). As mobilizações internacionais acompanharam a percepção de organizações e institutos preocupados com a continuidade da humanidade na modernidade focando principalmente em países em que as desigualdades econômicas e sociais se intensificaram atingindo a sobrevivência das crianças e com a imanente desaceleração no índice de natalidade.

Essas ações abrangeram comunicativamente principalmente os países capitalistas do ocidente, incluindo países suscetíveis ao discurso dominante, como é o caso do Brasil, provocando assim a normatização da infância enquanto uma geração em desenvolvimento, construção e em preparação para o futuro, legitimando a necessidade de regulamentar sua proteção através de agendas acordadas entre Estados, que a partir de então, mediarão um plano de medidas baseado nas necessidades e na vulnerabilidade reconhecida na infância daquela conjuntura. É como destaca Rita Marchi (2009):

Nesse contexto, o conceito de infância adquire novos significados e uma dimensão social até então ausente nas sociedades ocidentais. A criança deixa o âmbito exclusivamente privado para tornar-se objeto de competência administrativa do Estado. (MARCHI, 2009, p.238).

É nessa aparente visibilização que a infância passa a ser reconhecida, em uma “era dos direitos” (CASTRO, 2013, p. 175), muito mais relacionada às teorias educacionais (família e escola) e sociologicamente como uma categoria edificada de modo estrutural, pertencente a uma fase cronológica com atores passivos à reprodução emergida da socialização, da educação de responsabilidade dos adultos e tutelada pelo Estado.

Tomando a relevância de que tais concepções emergiram de modo hegemônico dado ao fato de que adultos de variados campos de poder (cultural, econômico e político) definirem e ainda hoje organizarem as ações para a infância, o desenvolvimento de políticas e ações públicas foram, e ainda são mesmo que de forma diferenciada, pensadas enquanto fase desprotegida, em que vulnerável ao capitalismo (re)produtor de desigualdades, acaba sendo considerada um problema social relevante a ser “resolvido” pelos líderes mundiais, instituições religiosas e pela ciência.

Assim as necessidades na infância são pensadas dentro de uma mobilização coletiva (BOURDIEU, 1983) em que o seu reconhecimento parte da produção simbólica estruturada e legitimada pela geração adulta e seus especialistas detentores dos conhecimentos científicos e morais. Tais discursos nas agendas das mobilizações

internacionais acabaram direcionando ações assistencialistas e preocupadas de modo segmentado com as ausências e negações, geradas a partir de uma política universal de proteção social da infância fundamentada nos direitos básicos para a preservação da sua existência, como é o caso da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil.

No assunto cuidado e proteção da infância se concretizaram nesse contexto como necessidades o acesso à escola, saúde e segurança, além de medidas fiscalizadoras/avaliadoras de situações de negligência e do índice da mortalidade, medidas as quais aparecem direcionadas na/ a partir da ação do adulto com o planejamento para melhorar a sua subsistência e travar uma luta justa diante das desigualdades sociais, fato que consequentemente atingiria as crianças, a exemplo da ação tardia no Brasil com o programa Bolsa Família.

Sobre isso, Tissera Luna (2018) também atenta ao fato do surgimento de organizações de base da sociedade civil, laicas e religiosas, e de ONGIs como a ONU, que colaboraram com um sistema em que a autora chama de cooperação internacional e de autoridade moral sobre os Estados, legitimado pelo neoliberalismo e pela instauração de uma internacionalização dos governos, que contribuiu fortemente com a concepção hegemônica de infância ainda latente contemporaneamente, principalmente nos países do Sul onde se concentram a maior vulnerabilidade socioeconômica.

Ao considerar a infância imersa em diferentes campos de relação (BOURDIEU, 1983), as concepções morais e científicas a respeito da vida na infância se entrecruzam em torno da proteção e do cuidado, principalmente a nível doméstico, o que revela o poder legitimado institucionalmente em torno da educação familiar e escolar como os campos principais a geri-la, de modo que a primeira parece manter um discurso de certa liberdade de ação em relação ao presente e ao futuro dos filhos, enquanto a escola permanece regulada pelo poder do Estado, e atualmente, em sintonia com as organizações privadas.

É forte a magia (BOURDIEU, 1983) desse discurso nas mentes das sociedades em contextos principalmente urbanos dos países globalizados, nos quais os possíveis desvios ou as consideradas patologias relacionadas à educação e o cuidado das crianças, acarretam medidas arbitrárias na tentativa de inseri-las novamente em um sistema “naturalmente” aceitável pelo grupo que as representam, como quando se afirma: “lugar de criança é na escola” ou a “lei da palmada”. Portanto, nesse campo de lutas travadas, decididas e incorporadas entre adultos, há no reconhecimento do que é infância a ação preparatória para o futuro a partir da incorporação de estruturas em ambientes civilizados

e civilizadores, ideologicamente protetores e capacitadores, revertidos simbolicamente como lugares de direito da infância na garantia de sua cidadania em devir e da sua segurança, nos quais as crianças vão se ajustando no que se espera formar como agente social.

## **METODOLOGIA**

Para a elaboração deste trabalho foram levantados alguns estudos que colaboram com as discussões relacionadas ao bem-estar na infância, discutindo a partir de uma base sociológica, elementos que colaborem com o entendimento de alguns mecanismos sociais relacionados ao tema. Para isso, neste caminho de uma pesquisa bibliográfica, foram enlaçados estudos da sociologia da infância que reconfiguram essas discussões de maneira a considerar suas multiplicidades contextuais.

Os contemporâneos estudos da sociologia da infância vêm tratando de contextos e modos de vida em que as crianças são compreendidas como agentes produtoras e participativas em sociedade, inclusive politicamente e economicamente, mostrando-se um discurso socioantropológico antagônico e em conflituosidade no que é amplamente disseminado no âmbito social comum. Dentro disso, para situar alguns apontamentos iniciais do processo discursivo e prático a respeito do tema aqui tratado, iniciarei algumas reflexões a partir dos estudos da infância relacionando a discussão de autores da sociologia que abrangem temas como reconhecimento (FRASER, HONNET, 2003), necessidade/desigualdade (FRASER, 1991, 2009; BOLTANSKI, 2009) e agência/participação (BOURDIEU, 1983; LAHIRE, 2004). Desse modo, foram subdivididos nesse texto algumas reflexões que tratam o tema de modo teórico-crítico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Infância: desigualdades e reconhecimento**

De acordo com Boltanski (2009) a conjuntura político-econômica atual sugere relações capitalistas que se “autojustificam” em torno do que é justo ou injusto de modo universal. Implantam-se ideias de autonomia, proteção e o bem comum sustentando o seu “poder mobilizador” em relação a acumulação do capital e do consumismo, como modo de assegurar uma vida digna à população.

Destarte, o que parece promover um contexto emancipador quando o agente puder se tornar independente dos cuidados familiares, geralmente na juventude à quem se espera um espírito criativo e engajado, se revela mediado pela insegurança e precariedade de atuação por parte da classe trabalhadora, suscetível aos novos moldes descentralizados e de hierarquias invisíveis nas relações de trabalho. Principalmente as famílias mais pobres, cujo capital cultural teve sua aquisição de modo desigual em relação as demais classes, limita-se seu campo de atuação, em que na “era da ansiedade”, acabam por não sustentar uma desejável sensação de garantia por um futuro possivelmente estável financeiramente, projeto comum nesse contexto social:

As mudanças do espírito do capitalismo acompanham, assim, modificações profundas das condições de vida e trabalho, bem como das expectativas dos trabalhadores - para si ou para seus filhos -, trabalhadores que, nas empresas, têm seu papel no processo de acumulação capitalista, mas não são seus beneficiários privilegiados. Hoje, as garantias conferidas pelos diplomas superiores diminuíram, as aposentadorias estão ameaçadas e as carreiras já não são asseguradas (BOLTANSKI, 2009, p. 51).

Dentro da discussão bourdiesiana, ao considerar a luta emergida nas relações de classe das sociedades capitalistas, em que a maior liberdade política advém da liberdade econômica (BOLTANSKI, 2009), determina-se desde a infância a má distribuição de capital cultural através das instituições educacionais em que a própria transformação das concepções dominantes, diante das relações de trabalho, afetam diretamente o modo de como a sociedade entende a infância e a sua ação social produtiva, invisibilizando a sua participação. A linha que separa o reconhecimento do trabalho na infância enquanto aquele que as tiram de um modo aceitável e sensato de se viver a geração, dependendo do contexto social e geográfico, como nas diferentes vivências do contexto doméstico familiar urbano e rural, e o não reconhecimento do que se faz na escola pelas crianças como um ofício no presente por exemplo, inspira e origina as práticas políticas institucionais.

Hoje o que se apresentam são projetos educacionais institucionalizados em que fomentados pelas relações econômicas, sustentam uma compreensão de bem comum relacionado ao desenvolvimento pessoal e às ações autônomas e inovadoras baseadas na tecnologia e na produção de empreendedora, tendo como exemplo as grandes empresas. Isso se reconhece em instituições escolares destinadas às classes mais abastadas, em que as crianças são tratadas como uma clientela responsabilizada a assumir, meritocraticamente, posições privilegiadas no futuro competitivo a partir da acumulação

dos capitais econômicos e culturais herdados e aprendidos (BOLTANSKI, 2009; HONNET, 2003). É como propõem Boltanski (2009):

[...] a empresa privada concorrencial continua sendo considerada mais eficaz e eficiente do que a organização não lucrativa (mas isso tem o preço não mencionado de transformar o amante de arte, o cidadão, o estudante, a criança em relação a seus professores, o beneficiário da ajuda social... em consumidor) e a privatização e a mercantilização máxima de todos os serviços mostram -se como as melhores soluções do ponto de vista social, pois reduzem o desperdício de recursos e obrigam a antecipar-se às expectativas dos clientes. (BOLTANSKI, 2009, p. 45).

Assim, paralelamente em nossa conjuntura atual, em posição desequilibrada, as crianças pobres no acesso à escolarização, se tornam cativas de um controle temporal, moral e físico cujo discurso gira em torno de proporcionarem experiências que, aparentemente, às engajariam em práticas de aprendizagens que lhes permitam oportunidades de sustento e contribuição com a sociedade no futuro, ou seja, favoreceriam sua autorrealização (HONNET, 2003) para a satisfação futura de suas necessidades e, conseqüentemente, o bem comum maior da sociedade. Esse discurso gerado a partir de uma noção de justiça diante das desigualdades e da precariedade impostas pelo sistema, destina-se a elas um cotidiano institucionalizado gerenciado por propostas pedagógicas administradas por intermédio de empresas privadas multinacionais a partir do discurso do avanço tecnológico e qualitativo em relação aos níveis ocidentais de desenvolvimento, ou seja, se propõe uma (re) qualificação da educação nacional baseando-se nos parâmetros globais de progresso.

Diante disso, essa geração nessas condições socioeconômicas e geralmente habitantes de bairros de periferia com baixíssimas condições de infraestrutura, se apresentam como incapacitadas de autonomia produtiva e ação social, sendo assim, imersas em programas assistencialistas (ONG'S principalmente) que lhes possam atribuir ou contribuir com condições sociais para o consumo de direitos básicos, reconhecidos a partir de um discurso de solidariedade e igualdade na busca do esperado bem-estar, ou seja, se estabelecem práticas baseadas no reconhecimento moral normativo (HONNET, 2003) diante das necessidades das crianças. Desvinculando-as da obrigatoriedade de ação do Estado, a busca por esses contextos pode ainda depender do próprio interesse das famílias e sua rotina de trabalho, ao procurarem preencher o tempo ocioso e a falta de recursos, o que no seu entendimento podem submeter a infância pobre à marginalidade.

Refletir o bem-estar na infância enquanto geração a ser respeitada em suas especificidades e singularidades, podemos dizer que, como Honnet (2003) considera, pareceria perpassar o seu reconhecimento baseado na estima e na igualdade de direito. No entanto, ao se tratar de uma sociedade do lucro, a má distribuição de recursos socioeconômicos contribui com o não reconhecimento da infância enquanto geração produtiva e agente em suas ações sociais, e dicotomicamente o contrário, o seu reconhecimento atribuiria a redistribuição (FRASER, HONNET, 2003) de condições mais favoráveis para a sua vida produtiva e participativa em que concomitantemente, não menos importante, às garantiriam um desenvolvimento e um crescimento social/biológico saudável a partir/com/no corpo no ambiente vivido. Diante disso é que podemos pensar as fronteiras entre a economia e a cultura de modo relacional, fluidas e reprodutoras de subordinação na/para a infância no que se pode mensurar seu bem-estar.

Nesse contexto, os novos estudos da sociologia da infância sugerem um reconhecimento da infância não apenas relacionada aos adultos enquanto responsáveis, mas também considerar ações que podem e são desenvolvidas e protagonizadas pelas crianças inter/intrageracionalmente nos contextos, de modo a entendê-las não apenas por estarem ou serem inseridas à interação com as demais gerações de modo subordinado no meio, mas participando efetivamente enquanto agentes no/do meio social produtivamente. De acordo com Ferreira e Sarmiento (2008) :

As definições mais correntes de bem-estar infantil sustentam-se numa das duas acepções que o conceito tem vindo a assumir: o conforto e satisfação biopsicológica da criança, considerada como indivíduo; as condições de cumprimento dos direitos sociais básicos pela infância, considerada como grupo geracional. A perspectiva em que nos colocamos é a de uma integração das dimensões individuais e sociais, do biopsicológico com o sócio-político. Nesse sentido, bem-estar infantil deve ser correlacionado com a cidadania da infância, atendendo às várias dimensões – políticas, sociais, cívicas, institucionais, simbólicas e íntimas – que este conceito comporta (FERREIRA; SARMENTO, 2008, p. 84).

Assim, desadultocrentar como se pensa o bem-estar na infância se faz necessário a partir do (re) pensar, com elas, como se produz as infâncias vividas em seus contextos, de modo que a satisfação de suas necessidades estruturalmente objetivas ou diversificadamente subjetivas sejam consideradas nas alteridades de suas percepções e trajetórias de vidas. A seguir, outras reflexões que possam contribuir nesse caminhar.



## A agência na infância e suas necessidades

Analisar a agência na infância se mostra um complexo desafio a sociologia contemporânea devido a sua complexidade no que se refere às questões biológicas, psicológicas, cognitivas e sociais emaranhadas num corpo de dependência inevitável. A infância só se fez presente enquanto campo na sociologia nas décadas finais do século XX, fluindo concomitantemente aos estudos feministas, mas que ainda se apresentava desvinculada com a teoria social moderna já a tempos preocupada com as mudanças sociais provocadas pela modernidade capitalista.

Já os estudos da nova sociologia da infância vêm contemporaneamente analisar e reconhecer as crianças em seus contextos enquanto agentes sociais, as quais além de aprenderem de modo relacional na sua geração e com as outras gerações a respeito de como se vive em sociedade, participam e a/se transformam concomitantemente, relacionalmente.

Mesmo que o conceito de agentes não tenha sido associado por Bourdieu também para as crianças (ALANEN, 2014), concordo que pelo fato das crianças aprenderem através da experiência do ato na prática são ativas na “interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 1983, p. 60), incorporando aprendizagens que carregarão durante a sua trajetória através das gerações. Dentro desta questão, podemos tratar a infância enquanto geração entendida de modo dinamicamente relacional Bourdieu (1983), dada as diversidades das suas relações intergeracionais (entre gerações) e intrageracionais (mesma geração), como fundamentais no processo de incorporação do contexto social pelas crianças enquanto agentes produtoras de suas aprendizagens e na (re) habilitação de seus conhecimentos.

Ao serem expostas à um código social comum e racional, as crianças vão se ajustando ao aceitável no meio, ademais, parece que na infância é um momento em que acordos e negações estão mais presentes e é no imprevisto do ato que aprendem a (re) modelar seus desejos e ações naquilo que consideram como crises e conflitos, seja com birras ou aquilo que os adultos associam a teimosia. São por estes e outros conflitos sociais na infância que comumente a família é considerada a instituição primeira de aprendizagem, atribuindo a ela a responsabilidade da civilização necessária para que, dessa forma, as crianças possam se integrar e conviver em outros ambientes, em especial a escola, a qual também similarmente é compreendida em seu ofício normatizador de modelar, corrigir, adequar e equalizar o que não foi estruturado pela família, preparando



e capacitando de modo uniforme as crianças para que possam exercer suas atividades sociais na coletividade, com sensatez e autonomia, principalmente com a chegada da adultez.

Para isso, o que se constrói simbolicamente para esse desenvolvimento é a valorização da aquisição de um capital cultural homogeneizador na infância, constituindo-se como um poder entre instituições que rejeitam a diversidade sociocultural do que se vive em suas trajetórias de vida. Essa é uma disposição social muito discutida nos atuais estudos socioantropológicos da infância por questionar se a participação social das crianças é restringida à contextos disciplinadores e reprodutores sociais, como a escola e a família, principalmente ao serem idealizadas a partir da imposição de um único discurso moralista.

O poder simbólico envolvido quando se refere ao trabalho da família e da escola, ou seja, do adulto em relação à criança, nos remete a um sistema reprodutivo mantendo o que Bourdieu (1983) chama de “ordem social” a partir da transferência consciente ou inconsciente do capital cultural acumulado enredado por um sistema complexo de emoções, afetos e moralidade. É uma ordem estabelecida pela própria subordinação das crianças em relação ao poder dos pais enquanto cuidadores e responsáveis por suas necessidades mais básicas. Nisso, podemos ressaltar o papel das mães nas comunidades mais pobres enquanto únicas cuidadoras principais e dos professores enquanto detentores do conhecimento a ser apreendido, em especial as professoras que são ainda a maioria ao se tratar das escolas de educação infantil e ensino fundamental no Brasil. Uma hierarquia contrária a isso seria impensável.

Claro que não se pode negar o fato da dependência primeira das crianças por cuidados fundamentais para sua sobrevivência. É no início da vida, inclusive podemos dizer, desde o ventre, que o ser, como coloca HONNET (2003) amparado na teoria psicológica de Winnicott, terá seu reconhecimento primário no contexto privado de suas relações familiares, em especial com a mãe, ao estar envolvido em emoções como a dedicação. De acordo com o autor, essa relação é baseada no amor como a primeira forma de reconhecimento, no entanto há de se considerar que as condições de existência impostas as crianças desde o nascimento são plurais e dependem de uma rede de marcadores relacionais como classe, raça, gênero. Por isso, para as infâncias, considerando a diversidade de contextos que elas nascem e se desenvolvem, o modo como são reconhecidas na esfera social que estão envolvidas é o que se (re) faz fundante às suas

experiências, bem como, classificatórias na percepção do mundo social e na sua posição enquanto agente durante sua trajetória pessoal.

Como reflete Bourdieu (1983), são as estruturas objetivas que darão os elementos para produção do habitus, ou seja, as percepções, pensamentos e ações, sendo incorporadas no meio de modo que se estruturam e dinamicamente participam de sua estruturação, conceito que descarta inicialmente a noção de uma intenção diante do envolvimento das práticas no contexto. Assim, como esse agente irá perceber, planejar estratégias, como apreciará e agirá no mundo dependerá dessa relação dialética entre a situação vivida e o habitus nele incorporado, emergindo representações reguladas e regulares do/no contexto. Pensar a infância nesses moldes descarta-se talvez a sua criatividade imaginativa, ação, de acordo com o autor, possível apenas com a chegada da fase adulta.

Na infância, em especial na urbana, a incorporação do conhecimento enquanto uma necessidade será reconhecida como primordial aos olhos do adulto, em especial pelas classes dominantes, as quais estruturam como e em que condições serão atribuídas o acesso e permanência das crianças nesse meio. Ao que se refere a administração do capital cultural das escolas públicas destinadas às crianças pobres, se confirma a crença (BOURDIEU, 1983) na classe dominante como aquela que determina as necessidades das crianças a serem reconhecidas de modo que dela advém a cultura legítima. Isso reflete a distribuição dos bens de consumo material e humano direcionados às instituições educacionais públicas em países como o Brasil, que desigualam e insiste em uma precariedade nas condições de acesso ao capital cultural, mantendo uma desigualdade em relação aquelas nascidas em meio privilegiado pela herança familiar econômica e cultural.

Assim conseqüentemente, emerge um distanciamento entre as posições de ação das crianças em relação ao conhecimento na sociedade, promovendo desigualdades ocasionadas por diferentes condições excludentes que se cruzam (FRASER, 1991) e provocam distintas aquisições materiais e culturais durante a trajetória de vida, naturalizando inclusive o fato de que as crianças pobres tendem a um futuro incerto até por se encontrarem mais suscetíveis à violência e à limitação do acesso às condições que transformem seu estado de bem-estar.

Portanto, quando o assunto é bem-estar na infância na esfera pública atual, em um sentido trazido por Nancy Fraser (1993) como um espaço de luta por reconhecimento das necessidades de modo participativo e representativo por parte dos agentes, se mostra desigualmente reconhecido e valorizado quando a infância é pobre, revelando uma fonte

de fragilidades e incoerências devido inclusive à quase inexistência de políticas públicas efetivas que cuidem das especificidades da vida na infância em contextos suscetíveis as desigualdades socioeconômicas, os quais esquecidos pelas ações governamentais, permanecem suscetíveis a violência simbólica e física, reforçando a subordinação e o seu silenciamento.

Como coloca Nancy Fraser (1991, p.15):

[...] O resultado é uma redução das cadeias nas relações causais da interpretação das necessidades pessoais, uma vez que tanto as instituições domésticas quanto as do sistema econômico oficial sustentam as relações de dominação e subordinação, as interpretações específicas que as fazem parecerem naturais tendem, em termos gerais, favorecer grupos e pessoas dominantes e prejudicar seus subordinados. (Fraser, 1991, p. 14-15, tradução minha).

É um campo de lutas classificatório, legitimado em uma lógica de relações simbólicas que se impõem aplicando um sistema de regras ditas como necessárias à condição das crianças nas sociedades desfavorecidas economicamente, isto é, o que há de reconhecimento em relação a infância do mesmo modo as exclui das pautas políticas no âmbito nacional, perpassando ações a partir da atribuição de valor à posição da infância na sociedade.

Em vista disso, posso apontar que o entendimento de infância no Brasil parece voltar, em nossa conjuntura nacional, a se tornar assunto do contexto doméstico/privado, crescendo a compreensão de que ao Estado não compete garantir planos que estejam voltados às suas necessidades, desmembrando e enfraquecendo instituições públicas de educação, cuidado e proteção à infância. Tais estruturas quando destinadas aos mais pobres, acabam por incorporar a precarização e a insegurança social, em que a mudança constante e imperativa no que se refere a sua (des) estruturação oferece às crianças um cotidiano instável e sem direitos de ação enquanto agentes sociais com potencialidades participativas no contexto.

No entanto, apesar de atentar como inevitável a ação das forças sociais na (re) criação da trajetória de vida na infância, considerando possivelmente uma homogeneidade relativa como coloca Bourdieu (1983), acredito que a socialização, a participação social e a incorporação dos conhecimentos no meio aconteçam de forma heterogênea como Lahire (2004) ressalta, principalmente porque essa socialização não depende unicamente da ação dos adultos e das instituições, mas também de outros agentes na infância, inclusive os agentes não-humanos.

Esses assuntos complexos, se fazem presentes quando se estuda as/com as crianças as suas produções, aprendizagens e as teias de suas relações na sociedade, não só atrelando a ideia de ludicidade e do brincar como fontes únicas de suas (cri) ações, mas como posicionamentos críticos, reflexivos e (re) produtivos no mundo. Sendo processos de experiências (re) construídas historicamente entre crises e tensões emergentes na prática por parte dos agentes em sua pluralidade (LAHIRE, 2004), ao entender as crianças como corpos socializados, o que se vive e o que se conhece na infância são potencialidades emergidas na relação com as forças e poderes cuja transformação acontece de modo dinâmico naquilo que se dispôs a vivenciar ao gerar conhecimento.

Portanto, ao invés de vidas homogêneas, revelam-se contradições e imprevisibilidades, ou seja, sugere-se movimento em suas disposicionalidades (LAHIRE, 2004) em que as oportunidades (re) criadas e apresentadas no processo educacional, considerando uma rede de ambientes, instituições escolarizadoras ou ambientes coletivos informais, se inter cruzam nesse movimento (re) construindo e transformando as práticas na infância, podendo desse modo serem reconhecidas em sua produtividade criativa, inclusive politicamente, promovendo assim, uma relação participativa no vivido cotidiano.

Nesse viés, ao (re) pensar seu bem-estar para além das suas vidas institucionalizadas nas escolas, reconhece-se que é na rede do que se vive dialogicamente, que as crianças encontram modos de “transformar favoravelmente situações” (FERREIRA, 2002, p. 159) mesmo em situações adversas. Portanto, pensar o bem-estar no instante do vivido pode ser um caminho a ser traçado com as crianças para que possamos entender como emergem suas participações mesmo com medidas protetivas que as limitam, processo que:

[...] exige a observação e medição – e não somente a teorização abstrata – de realidades sistêmicas e dinâmicas, como as estruturas e os processos geracionais, bem como dos processos pelos quais os significados de bem-estar são produzidos e aplicados [...]. (ALANEN, 2010, p. 770).

Neste campo, discutir como nas experiências e práticas na infância se (re) produz bem-estar, durante suas trajetórias de vida a partir/nas ações de conhecer no/o mundo, nos envolverá em modos de conhecer e participar no mundo mesmo diante das desigualdades e das precariedades que seguram as crianças enquanto agentes presentes de modo singular na sociedade, denunciando como suas invisibilidades se sustentam em uma contemporaneidade que as segrega e as negligencia para o favorecimento de um bem

comum que sugere um desenvolvimento baseado na ascensão da renda de modo liberal em detrimento do investimento nas condições de vida das pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No capitalismo contemporâneo, o que se movimenta é uma despolitização das necessidades e a privatização das relações a partir de um discurso utilitarista a respeito do bem comum, talvez ainda mais legitimado quando o público são as crianças, desfortalecendo o reconhecimento delas enquanto agentes sociais em suas especificidades. Como foi discutido o bem-estar e a emancipação na/da infância, não pode ser efetivado apenas ao lhes atribuírem direitos a serem concretizados pelos adultos, pois na mudança constante das relações capitalistas, a infância contemporânea e em especial a urbana no contexto brasileiro, continua sujeita às transformações e à imposição do reconhecimento gerenciado pelas classes dominantes em meio às desigualdades que as excluem da participação de contextos que discutam e decidam a respeito de suas vidas.

Diante disso é que proponho como relevante que a proteção e a participação dos agentes da/na infância podem ser ações analisadas de modo sociopolítico e costuradas ao que vem a ser o bem-estar das crianças, e isso, pede buscar compreendê-las democraticamente na alteridade de suas infâncias. Tendo qualquer contexto como educacional na vivência de suas práticas, (re) conhecer a complexidade e a diversidade em que as crianças agem e (re) produzem seus conhecimentos no/com/a partir do corpo no mundo e como interferem no contexto público a partir da sua ação e influência nas diferentes demandas econômicas, políticas e sociais, promoveria o reconhecimento delas enquanto agentes sociais ativas, participantes das redes de relações coletivas e responsáveis pela própria continuidade da sociedade contemporânea que se revela instável e de risco.

É no tecer dessa multiplicidade de relações na rede de participação entre os contextos, na singularidade da (re) construção de suas histórias, que as crianças incorporam conhecimentos e aprendem a como agir ou até mesmo improvisar, criar imaginativamente, de acordo com as possibilidades apresentadas e potencialidades geradas, dentro do que posso considerar como uma autonomia regulada, na ação que pode ser (re) produzida, no sentido de também ser (re) criada, a partir do sentido e do vivido no contexto, de modo imaginativo e prático.

## REFERÊNCIAS

ALANEN, Leena. Repensando a infância, com Bourdieu. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 11, jul./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Teoria do Bem-estar das crianças. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.141, p.751-775, set./dez. 2010.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: Ortiz, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Coleção Grandes Pensadores Sociais. São Paulo: Ática, 1983

CASTRO, Lucia Rabello de. **O futuro da infância e outros escritos**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo. Martins fontes, 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003. (traduzido de: *Kampf um Anerkennung: Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992).

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. “- A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos!” As crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano do jardim de infância. Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação. Universidade do Porto. Porto, Portugal, 2002.

FERREIRA, Manuela; SARMENTO, Manuel Jacinto. Subjectividade e bem-estar das crianças: (in)visibilidade e voz). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 2, n. 2, nov. 2008. Artigos. ISSN 1982-7199.

FRASER, Nancy. La lucha por las necesidades: Esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío. *Debate Feminista*, Marzo, 1991.

\_\_\_\_\_. **Repensar el ámbito público**. *Debate Feminista*, Marzo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado**. *Lua Nova*, n. 77, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_; Honneth, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange**. Verso: London/ New York, 2003.

Lahire, Bernard. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. São Paulo: Artmed, 2004 (traduzido de *Portraits sociologiques: dispositions et variations individuelles*. Paris, Nathan, Collection Essais & Recherches, 2002).

MARCHI, Rita de Cássia. A Teoria Social Contemporânea e a Emergência da “Sociologia da Infância” na 2ª Modernidade: alguns aspectos teórico-políticos. **Zero-a-**

**Seis**, Florianópolis, v. 7, n. 11, p. 1-23, 2005. ISSN 1980-4512. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/3288>. Acesso em: 13/09/2017.

TASSINARI, Antonella. Múltiplas Infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola. Anais online. Caxambu: ANPEd, 2009. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt16-24/1935->